

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

AMANDA DECHANDT DE PAIVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA**

PONTA GROSSA

2023

AMANDA DECHANDT DE PAIVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof.^a Dra. Marilúcia Antônia de Resende
Peroza

PONTA GROSSA

2023

AMANDA DECHANDT DE PAIVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marilúcia Antônia de Resende Peroza
(Orientadora)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Me. Izabelle Cristina de Almeida
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Dra. Fabiana Andrea Barbosa Kastelijns
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Dra. Viviane Aparecida Bagio
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais Tânia e João, ao meu marido Theodoro e ao meu filho Daniel. Obrigada por acreditarem no meu sonho e me ajudarem a torná-lo possível.

AGRADECIMENTO

A elaboração deste trabalho de conclusão do curso, contou com a ajuda de muitas pessoas, às quais sou eternamente grata.

Primeiramente, a Deus pela minha vida e por me amparar durante os desafios para que esse sonho fosse possível.

Ao meu filho, Daniel, que me concedeu o privilégio de ser sua mãe. O seu nascimento virou meu mundo de ponta-cabeça. Você foi a melhor surpresa da minha vida e agora nada é igual, é melhor.

Aos meus pais, Tânia Mara David Dechandt e João Loetes de Paiva Filho, que além de me acompanharem desde o meu nascimento, cuidaram do Daniel para que eu pudesse participar das aulas, me incentivaram e não permitiram que eu desistisse. Obrigada por tudo!

Ao meu marido e companheiro, Theodoro Los, que nunca mediu esforços para me ajudar e me apoiar, sou grata por compartilhar a vida com você.

Aos meus sogros, Lydia Timmermans Los e Daniel Los, aos quais não posso deixar de expressar meu agradecimento por tudo o que fazem por mim e pelo Daniel.

À toda minha família por todo carinho e paciência, especialmente minha avó Terezinha de Lourdes David Dechandt, minha irmã Bruna Dechandt de Paiva, meu irmão João Felipe Dechandt Paiva, meu afilhado Theo Guimarães Dechandt Paiva, meu tio Carlos Eduardo David Dechandt, minha tia Camila Madureira Dechandt, minha prima Larissa Madureira Dechandt e meu padrinho Luiz Cláudio David Dechandt.

Ao meu avô, João Osni Dechandt (in memoriam), por me incentivar em buscar meus sonhos e à minha bisavó Joana Dozzo David (in memoriam) por todo carinho. Não existe partida para aqueles que permanecem eternamente em nosso coração.

À minha orientadora, Professora Doutora Marilúcia Antônia de Resende Peroza, por todos os ensinamentos compartilhamos nas orientações, por estar sempre à disposição e me auxiliar na pesquisa com maestria.

Aos professores do curso que através de todos os ensinamentos compartilhados nas aulas colaboraram para que eu concluísse esta pesquisa.

Às minhas colegas do curso de Pedagogia e aos meus amigos e amigas, em especial a Franceline Moreira Gomes, por me auxiliar e ajudar no desenvolvimento do trabalho através do seu apoio e amizade.

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda
pessoas. Pessoas transformam o mundo”.*
(Paulo Freire)

PAIVA, Amanda Dechandt. **O uso do livro didático nas instituições de educação infantil da rede municipal de ensino de Ponta Grossa**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2023.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o uso do livro didático nas instituições de educação infantil da rede municipal de ensino de Ponta Grossa. Tem como propósito analisar o livro didático utilizado pelas escolas de Educação Infantil. Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa foram definidos os pontos específicos: a) caracterizar os aspectos normativos que orientam a proposta pedagógica da Educação Infantil no Brasil e no município de Ponta Grossa; b) analisar os livros didáticos utilizados na rede pública de ensino de Ponta Grossa; e c) delinear os aspectos que contribuem e que limitam a participação da criança no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de tipo exploratório, a partir de um estudo documental, por meio do qual procedeu-se à análise de documentos orientadores da Educação Infantil e o livro didático adquirido pela Secretaria Municipal de Educação para todos os CMEIs do município. Além disso, a análise foi realizada com base em um estudo bibliográfico sobre o tema. Para embasamento teórico no que se refere a criança, Vygotsky (1998) e Wallon (2007) defendem que o brincar é uma atividade que auxilia no desenvolvimento social, motor, físico e cognitivo. Por meio da brincadeira e o convívio com ou adulto, a criança se desenvolve. Conclui-se que esta pesquisa está voltada para problematização do uso das apostilas na educação infantil, como um limitador do tempo e do espaço para o brincar da criança. Utilizado como um produto cultural que determina a aprendizagem, consideramos que seu uso não favorece a ação docente na vida cotidiana. Além disso, verifica-se que as experiências das crianças, seus saberes e vivências não são consideradas, sendo que o material colabora para currículos homogêneos, controlando, dessa forma, a ação do professor, tornando a escola um espaço para repetição e controle.

Palavras-chave: Educação Infantil. Livro Didático. Brincar. Criança. Aprendizagem.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os Campos de Experiência abordados na Base Nacional Comum Curricular	19
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: O LIVRO DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	14
1.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	14
1.2 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
1.3 A PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA	28
CAPÍTULO 2: O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA	33
2.1 O LIVRO DIDÁTICO PROPOSTO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA.....	33
2.2 A RELAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DO LIVRO DIDÁTICO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DO MUNICÍPIO	40
2.3 IMPLICAÇÕES DO USO DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro ano do curso de Pedagogia estudamos sobre a importância da brincadeira, convivência, exploração e pesquisa para tornar significativa a aprendizagem da criança. O estudo tem o propósito de auxiliar os futuros acadêmicos durante a formação e ampliar a visão sobre o uso do livro didático na Educação Infantil, uma política implementada recentemente nessa etapa educativa. Trata-se de um tema importante para professores que trabalham na área.

A pesquisa parte do interesse em conhecer e aprofundar a compreensão sobre o uso do sistema apostilado na Educação Infantil. Após trabalhar em uma escola privada e lembrar as apostilas que eu usava quando estudava na educação infantil entre os anos de 2003 e 2005, observei que as escolas utilizam desse material de ensino na rede privada desde a creche e na rede pública, a partir de 2021, na pré-escola. Entendemos que essas práticas acabam privando as crianças de brincarem para realizarem atividades no livro durante o período de permanência na escola. Desta forma, é conveniente fazer um estudo mais aprofundado pesquisando o quanto o uso da apostila interfere no desenvolvimento da criança.

O sistema apostilado parte de uma metodologia focada no material didático, limitando a criança de explorar, experimentar e desenvolver sua criatividade espontaneamente. Com o uso da apostila, o educando acaba se limitando, o que nos leva a crer que isso poderá interferir no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem que o objetivo da proposta pedagógica é:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009d, Art. 8º).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (BRASIL, 2009) considera que a criança se desenvolve e aprende com a interação e convivência com outra pessoa o que nos leva a indagar se, de fato, é necessário o uso de material didático.

Motta (2018) observou em suas pesquisas que as apostilas começaram a ganhar destaque na década de 1950 com o objetivo de ajudar os jovens na preparação para o vestibular. Porém, com o passar do tempo, se tornou um objeto de controle e direcionamento do trabalho do professor, ou seja, desconsiderando a capacidade criativa dos educadores e retirando sua autonomia para preparação das aulas. Os livros didáticos inibem a criatividade e autoria dos professores, ao passo que limitam as oportunidades investigativas, do movimento e da criação por parte das crianças. Ressalto, de acordo com Mello (2013, p.02), que:

[...] essa fragmentação da realidade impede a ação reflexiva, faz a pessoa – seja criança, seja aluno, seja professor – perder a possibilidade de construir uma visão crítica e afasta a possibilidade de um ensino que promova o desenvolvimento da inteligência e de uma educação emancipadora. Estudar se torna sinônimo de produzir resultados, reproduzir e copiar.

Vygotsky (1998) e Wallon (2007) defendem que o brincar é uma atividade que auxilia no desenvolvimento social, motor, físico e cognitivo. Por meio da brincadeira e do convívio com ou adulto, a criança se desenvolve.

Analisando o pensamento dos autores conclui-se que esta pesquisa está voltada para problematização do uso das apostilas na educação infantil, como um limitador do tempo e do espaço para o brincar da criança.

As múltiplas linguagens são fundamentais, elas contribuem para o desenvolvimento integral da criança, garantindo que ela tenha novas vivências, se expresse e explore os ambientes. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2018), na educação infantil são priorizadas quatro, sendo elas: a linguagem oral, a contação de história, a linguagem audiovisual e a linguagem por meio das artes visuais.

O uso dos livros didáticos tende a unificar os temas e as atividades pedagógicas, pressupondo que a criança aprenda por repetição de conteúdo. Ao decorar, o conteúdo permanece na memória, mas não de maneira definitiva. Para Paulo Freire “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (1988, p.25).

Através das experiências, a criança se desenvolve naturalmente, cada etapa vivenciada por ela é rica de aprendizagens significativas através da brincadeira e interação com seus pares.

Nesse contexto, indaga-se: quais as possíveis implicações do uso do livro didático para o processo de aprendizagem e participação das crianças na Educação

Infantil? Para responder à pergunta, propomos como objetivo geral analisar o uso do livro didático na Educação Infantil. E, como objetivos específicos a) caracterizar os aspectos normativos que orientam a proposta pedagógica da Educação Infantil no Brasil e no município de Ponta Grossa; b) analisar livros didáticos utilizados em uma instituição de Educação Infantil da rede pública de ensino de Ponta Grossa; e c) delinear os aspectos que contribuem e que limitam a participação da criança no processo de ensino e aprendizagem.

Para alcançar esses objetivos, propomos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de tipo exploratório. Foi realizado um estudo documental, por meio do qual procedeu-se à análise de documentos orientadores da EI e o livro didático adquirido pela SME para todos os CMEIs Além disso, a análise foi realizada com base em um estudo bibliográfico sobre o tema.

A pesquisa é compreendida como um processo de geração de conhecimento. Lüdke e André (1986), consideram que uma pesquisa qualitativa precisa ser desenvolvida em contato direto e natural com o ambiente e a situação pesquisada, onde o pesquisador tenha sua experiência vivenciada na prática.

As fontes documentais são produções de conhecimento históricos que permitem a construção do objeto estudado. Para Lüdke e André (1986, p. 38) documentos são “desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares”. A análise documental possibilita o contato com informações baseadas em fatos a partir das hipóteses ou do interesse de estudo.

Assim, o trabalho está organizado em 2 capítulos. No primeiro, será analisada a Educação Infantil na legislação brasileira por meio dos seguintes documentos: a Constituição Brasileira de 1988, a Base Nacional Comum Curricular, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, os livros didáticos usados na Educação Infantil e os Referenciais para a Educação Infantil na cidade de Ponta Grossa/PR.

No segundo capítulo analisa-se o livro didático adotado pela SME, assim como a relação entre as propostas do livro didático e as diretrizes curriculares do município. Será analisado o livro didático utilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ponta Grossa. Trata-se dos livros da coleção “Porta Aberta Educação Infantil – Pré-Escola I e II” da editora FTD, publicados em 2020 e utilizados nas turmas do

infantil 4 e 5. Para concluir, serão abordadas e discutidas as implicações do uso do livro didático, principalmente na infância.

Nas considerações finais é reforçada a relevância do tema, uma vez que o uso dos livros didáticos é presente na educação. Além de reforçar a importância dos professores no processo de ensino-aprendizagem, esses deveriam ser ouvidos para melhorar o desenvolvimento dos materiais didáticos, levando em consideração as peculiaridades do município que o material será usado, por isso propomos que o assunto deveria ser aprofundado no curso de Pedagogia e nas formações continuadas dos professores da rede.

CAPÍTULO 1: O LIVRO DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988, agrupa as leis, normas e regras de maior hierarquia no âmbito jurídico no Brasil. Ela assegura a todos os cidadãos o direito à educação. Nesse sentido, cabe analisar as demais leis que vão ao encontro deste documento.

Portanto, no primeiro tópico, é detalhado os documentos que norteiam a educação no país, bem como o que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular. No segundo tópico, analisamos o uso do livro didático na Educação Infantil. Por fim, será abordada a proposta pedagógica para a educação infantil de Ponta Grossa/PR.

1.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e é obrigatória, conforme a Lei nº 12.793/13, para crianças a partir dos 4 anos. A lei garante que os direitos da criança sejam atendidos, garantindo o desenvolvimento até os cinco anos de idade dos aspectos físico, emocional, social e intelectual.

A Constituição Brasileira de 1988 é o texto-base que determina os direitos e deveres políticos dos cidadãos e, conforme este documento, a Educação Infantil é um dever do Estado e um direito da criança. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar que a criança e o adolescente, com absoluta prioridade, terão direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Conforme a Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação (BRASIL, 1988).

A CF (Brasil, 1988) determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que está em vigor desde 1996, teve origem na Assembleia Constituinte de 1934. Nela, havia um capítulo específico para o tema que determinava que a União elaborasse um plano nacional e uma lei para traçar as diretrizes da Educação Nacional.

O documento propõe que sejam definidas diretrizes que orientem os currículos da educação básica e organiza a educação infantil em duas etapas – creche e pré-escola, indicando sua estrutura e formação docente, entre outras informações. A LDBEN define e regulariza a educação brasileira com base na Constituição. A finalidade da lei é organizar o sistema educacional da educação infantil ao ensino superior, assegurando que os direitos a educação sejam garantidos.

O artigo 29 da LDB, define que a educação infantil tem o objetivo de desenvolver integralmente a criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Com a modificação da LDB em 2006, a Educação Infantil passou a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Em 2009, o Brasil ampliou as garantias em relação ao direito da educação através da Emenda Constitucional 59/09-EC/59, tornando obrigatória a matrícula de crianças e jovens de 4 a 17 anos na Educação Básica.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada nas etapas de creche, para as crianças até os três anos de idade e na pré-escola, que atende as crianças de quatro e cinco anos. A legislação que regula a educação infantil toma como concepção a criança como sujeito histórico e de direitos, a partir das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva através da brincadeira, imaginação.

Para as crianças pequenas, o primeiro contato com a educação formal acontece na educação infantil. Desse modo, é importante, nesse período, que os profissionais sejam qualificados, tenham a formação específica para atuar em sala de aula e saibam as necessidades de cada faixa etária.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento elaborado pelo Ministério da Educação, em 1998, com o objetivo de auxiliar os professores da educação infantil. Ele foi a base para as discussões dos profissionais da área no país, porém seu uso não é obrigatório, uma vez que temos

outros documentos posteriores capazes de trazer olhares mais amplos sobre os processos educativos das crianças. Ainda assim, os RCNEI foram importantes, trazendo elementos fundamentais para as práticas pedagógicas naquele momento. Este documento destaca:

2.1 Educação Infantil: Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

2.2 Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. 2.3 Currículo: Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (2010, p.12)

Após a criação do RCNEI, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 (BRASIL, 2009), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). São diretrizes, ou seja, seu objetivo é trazer os princípios éticos, estéticos e políticos que orientam a elaboração das propostas pedagógicas para a Educação Infantil, e orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. As DCNEI propõem a equidade de aprendizagem, preservando a autonomia da escola e da proposta pedagógica, para formular o projeto político pedagógico. Portanto, é necessário considerar o perfil dos alunos que atendem, a região em que a escola está inserida e outros aspectos relevantes.

Segundo as diretrizes, para a aprendizagem ocorrer, implica ao professor reconhecer que o desenvolvimento e a construção dos saberes não acontecem em momentos específicos, mas um processo constante e deve ser estimulada. Consequentemente, na Educação Infantil, o ato de cuidar e de educar são indissociáveis, e as brincadeiras e as interações são os eixos que articulam as propostas pedagógicas.

O documento que propõe os objetivos de aprendizagem para o currículo da Educação Infantil e é responsável por regulamentar as aprendizagens essenciais que precisam ser abordados nas escolas brasileiras públicas e particulares é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A entrada na creche ou na pré-escola é a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares, para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. A interação durante o brincar caracteriza a infância, permitindo muitas aprendizagens e auxiliando no desenvolvimento das crianças. A BNCC propõe seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados na Educação Infantil, para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Figura 1 - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, conforme consta no documento da Base Nacional Comum Curricular

3. A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

A EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2018.

O professor deve expressar as intencionalidades educativas em suas práticas pedagógicas e realizar atividades que permitam que as crianças observem, questionem, façam hipóteses e construam conhecimentos através de suas próprias vivências. Para assegurar que as crianças alcancem esses objetivos, a proposta curricular da BNCC se organiza em 5 campos de experiências que se articulam e

definem situações, experiências cotidianas que são necessárias para os conhecimentos das crianças. Os campos de experiência são divididos em: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os campos de experiência são considerados domínios que devem ser abordados na Educação Infantil. A partir das próprias vivências, a criança se desenvolve, sendo a centralização da aprendizagem o aluno. Eles enfatizam as noções, habilidades, atitudes, valores e afetos que a criança de 0 a 5 anos deve desenvolver e garantem os direitos de aprendizagem dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Quadro 1 – Os Campos de Experiência abordados na Base Nacional Comum Curricular

O eu, o outro e o nós	É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.
Corpo, gestos e movimentos	Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar

		e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).
Traços, sons, cores e formas		Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.
Escuta, pensamento e imaginação	fala, e	Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatuñas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas

	já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2018.

Na perspectiva da BNCC, as aprendizagens na Educação Infantil acontecem por meio de comportamentos, habilidades, conhecimentos, vivências, interações e brincadeiras, chamados de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária - bebês (zero a 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Os documentos são necessários para assumir as particularidades da Educação Infantil, abordar as concepções sobre criança e infância, além de debater as responsabilidades da sociedade e do Estado diante das crianças pequenas.

Os documentos não abordam o uso do livro didático, porém, a Base Nacional Comum Curricular possibilita que as grandes empresas no setor educacional produzam conteúdos, projetos e materiais didáticos, criando a necessidade destes recursos para as escolas, de modo que sejam aportados grandes valores, inclusive do setor público, para essas empresas. Isso pode ser identificado, por exemplo, na utilização dos livros didáticos na Educação Infantil no setor público.

O material está presente no dia a dia da Educação Infantil usado como instrumento para construção do conhecimento, influência na organização do trabalho

docente, determina os conteúdos e como se deve ensinar. Portanto, cabe aos professores utilizá-lo como uma ferramenta do processo, mas não o único.

1.2 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os documentos analisados não citam a utilização do livro didático, mas ele está presente na educação desde o século XIX. Após um longo percurso, as escolas começaram a utilizar o material, integrando nos últimos anos a educação infantil, antes da criação dos livros didáticos, os alunos produziam os cadernos de textos.

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36).

Os livros didáticos passaram por várias modificações durante os séculos, mas seu nome surgiu no século XIX para designar os livros que eram utilizados como complemento aos ensinamentos da Bíblia nas escolas. Segundo Oliveira:

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA *et al*, 1997, p. 26).

Em 1847 os livros didáticos começaram a se destacar na aprendizagem e na política educacional para a elite, sendo utilizados nas escolas de artilharia do Brasil Colônia, mas sua produção era estrangeira. O Brasil começou a produzir os próprios livros didáticos após a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1929, no governo do presidente Washington Luís. O instituto foi criado para reconhecer a utilização dos livros no país e facilitar as produções. Porém, entrou em vigor apenas no governo do presidente Getúlio Vargas em 1934, quando o primeiro dicionário e enciclopédia nacional foram elaborados. Naquele momento, o ministro da educação e da saúde pública, Gustavo Capanema, estabeleceu quatro atribuições para o INL através do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, para fiscalizar os livros didáticos que eram produzidos. Sendo eles:

(a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Portuguesa, revendo-lhes as sucessivas edições; (b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; (c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição do livro no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros; incentivar a organização e (d) auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937)

Para se certificar que as atribuições fossem cumpridas, foram criadas três seções técnicas no INL, chamadas de Seção de Enciclopédia e do Dicionário para verificar as funções da letra (a) Seção das Publicações para verificar as letras (b) e (c) e Seção das Bibliotecas para verificar a letra (d).

O Decreto-Lei nº1006 criado em 1938 entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1940 e determinou que nenhum livro didático poderia ser adotado nas escolas sem a autorização do Ministério da Educação e Saúde da época.

Art.3º. A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República. (BRASIL,1939)

Após a liberação do Estado, as escolas poderiam escolher qual material seria utilizado na instituição, como é mencionado no artigo 5º do decreto.

Art.5º. Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas pré-primárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constam da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei (BRASIL, 1939).

A partir desse artigo, os professores e escolas passaram a ter o direito de escolher qual livro será utilizado na escola durante o ano letivo. O governo não distribuía livros gratuitos, portanto, foram criadas as “caixas escolares”. As escolas recebiam uma contribuição baixa e mensal dos pais, sendo que, para os alunos que possuíam baixa renda, eram utilizados os fundos das contribuições para comprar os materiais.

O decreto-Lei nº 1006, criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), trazendo as seguintes atribuições:

a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; c) indicar livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a

produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais de livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, 1939).

Os membros que fizessem parte da Comissão não podiam ter relações comerciais com editoras do Brasil e estrangeiras, pois o processo deveria ser imparcial e justo. No decreto eram especificados onze critérios para exclusão dos livros, cinco possuíam questões sobre didática e seis possuíam critérios políticos.

Em 1940, o mercado de livros passou por problemas em relação à mão de obra, as taxas estavam altas para importação e os custos estavam elevados. Por causa dessas crises, foi criado em 1945 a Escola de Artes Gráficas do Senai e, em 20 de setembro de 1946, foi fundada por livreiros a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o presidente era o editor Jorge Saraiva. O presidente Eurico Gaspar Dutra concedeu a isenção de direitos de importação para consumo e taxas, incluindo a previdência social.

No governo do Juscelino Kubitschek, aconteceu, em 1956, o Terceiro Congresso de Livreiros e Editores do Brasil, reivindicando as necessidades desse setor que estava crescendo no país. Houve a substituição do diretor Augusto Meyer do INL por José Renato dos Santos Pereira, o novo diretor realizou a publicação da Revista do Livro.

No final do mandato de Juscelino, o Decreto nº 48.902, de 27 de agosto de 1960, deu início a Campanha Nacional do Livro (CNL), que tinha como ênfase:

Organizar congressos, festivais e exposições de livros; distribuir prêmios às melhores obras publicadas no país; promover a realização de filmes documentários de divulgação do livro, de bibliotecas e de nossa história literária; financiar bolsas de estudos; criar e manter bibliotecas. (BRASIL, 1960).

A campanha possuía boas propostas, mas não foram realizadas. No ano de 1961 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornou o ensino primário obrigatório no Brasil, influenciando as políticas referentes aos livros didáticos. Por esse motivo, o governo militar precisou repensar as atribuições do INL para o novo formato de ensino. Portanto, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) com o objetivo de:

[...] incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, além de gerir e aplicar

recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico (BRASIL, 1966).

Após um ano da criação do COLTED, em 6 de janeiro de 1967, foi realizado um acordo com a Agência Internacional do Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) para disponibilização de livros. Para realizar a seleção dos livros recebidos, a COLTED criou a Comissão Nacional de Avaliação (CONAC) com questionários para as escolhas públicas direcionado para os professores que faziam as escolhas e encaminhavam para Secretária de Educação (SEDUC). Por fim, a CONAC analisava os livros e elaborava relatórios sobre eles.

Com a criação do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir a Lei nº 5.537 em 21 de novembro de 1968, o governo iniciou a distribuição massiva dos materiais.

A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequência[sic], sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indelévels no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. Deste modo, o uso do livro didático tornar-se um instrumento de repressão e contenção do Estado, e sua distribuição passa a ser maciça para atingir estes fins (MIRANDA, 2004).

No regime militar, a educação era censurada e os temas abordados eram controlados, tornando o livro didático um instrumento de manipulação para o Estado atingir os fins desejados. Desse modo, o uso do livro didático torna-se um instrumento de repressão e contenção do Estado. Conseqüentemente, em 1969, o diretor do COLTED era o militar Ary Leonardo Pereira. O governo militar exterminou a comissão e o Ministério da Educação e Saúde Pública que tomava as decisões. Na década de 1970 acontecem mudanças na constituição, portanto as políticas sofreram alterações.

No final da década de 1980 iniciou-se a renovação dos livros didáticos no Brasil, especialmente os livros de História, o INL fundou o Programa do Livro Didático (PLID)

no ano de 1971, o programa possuía três subdivisões: o programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF/INL), o programa do Livro Didático – Ensino Médio (PLIDEM/INL) e o Programa do Livro Didático – Ensino Superior (PLIDES/INL).

O Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental (PLIDEF/INL) era responsabilidade de um órgão do INL chamado Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), criado a partir da Lei nº 5327 em outubro de 1967, tendo como objetivo distribuir os materiais para as escolas. Em 1983, a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para garantir as condições educacionais dos níveis de formação pré-escolar, ou seja, ensino fundamental e ensino médio. Seus objetivos eram:

I- A melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção; II- a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação; III- o apoio à administração dos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1983)

A FAE integrou o PLID. Sendo assim, em 1984, o Ministério da Educação e da Saúde Pública não era mais coeditor, mas apenas comprava os livros das editoras.

Os livros didáticos não eram indicados nas políticas públicas para as crianças pequenas e a educação infantil não era abordada nos decretos e leis referentes ao material.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é responsável por avaliar e distribuir obras didáticas, pedagógicas, literárias e outros materiais de apoio para as escolas públicas de educação das redes municipais, estaduais e federais e para as instituições de educação infantil sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Os materiais são destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. Como exposto acima, o programa é antigo, criado em 1937 com outro nome. Ao longo desses 80 anos foi executado de diversas formas. A partir de 1985, com a instituição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o PNLD passou a promover a universalização e melhoria da educação básica.

Entre 1993 a 1995 aumentaram gradativamente as disciplinas ofertadas, em 1996 foi publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” para 1º a 4º série para estabelecer critérios de avaliação para escolha dos livros e exclusão dos que apresentassem erros, preconceitos e qualquer discriminação.

Em 1997, a FAE é abolida e o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD se torna responsabilidade do FNDE. O programa se expande e começa a distribuir livros para a 1^o a 8^o série para todas as disciplinas. A partir de 2000, é inserida a distribuição de dicionários de língua portuguesa para os alunos da 1^o a 4^o série.

Apenas em 2001, o programa começa a oferecer os materiais em braile. Já no ano de 2003 é criado o PNLE para o Ensino Médio receber os livros didáticos. Os alunos com surdez do ensino fundamental e ensino médio receberam em 2007 dicionários trilingües (português, inglês e libras). Para as series de 1^a a 4^a foram entregues livros de língua portuguesa em libras e CD-rom.

Atualmente, o PNLD é executado de maneira alternada em ciclos para quatro segmentos: Educação Infantil, anos iniciais (EF), anos finais (EF) e Ensino Médio. Os segmentos que não estão nos ciclos do momento, recebem livros correspondentes as novas matrículas e reposição de materiais. As compras e a distribuição dos materiais didáticos que são selecionados pelo Ministério da Educação (MEC) são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para receber os materiais didáticos, as escolas públicas devem participar do Censo Escolar do INEP conforme consta na Resolução CD/FNDE nº42 de 28 de agosto de 2012, sendo que o cadastro deve ser atualizado no ano anterior no mês de maio para a instituição receber no ano seguinte. Por meio de um contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), os livros são entregues direto das editoras para as escolas no mês de outubro para serem utilizados no próximo ano letivo. Já as escolas localizadas em áreas rurais recebem os livros nas prefeituras para distribuir nas instituições.

O decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017 agrupou as ações de aquisição e distribuição dos livros didáticos com a inclusão de novos materiais, como obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais para reforço, formação e para gestão escolar.

O programa começou a ser financiado pelo governo Federal a partir da Fundação de Assistência do Estudante (FAE) e o Presidente Michel Temer sancionou o decreto regulamentando e especificando novas ações para o PNLD, com os seguintes objetivos:

- I-Aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação;
- II-Garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizando nas escolas públicas de educação básica;

III- Democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
IV- Fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
V- Apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
VI- Apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Após a aprovação do decreto, a escolha dos materiais se tornou mais rigorosa e somente editoras podem participar do processo de seleção dos livros, sendo que os exemplares são distribuídos em todas as escolas públicas do Brasil, para que os professores se reúnam para escolherem o material que julgarem ser o mais adequado para realidade escolar. Na plataforma digital, eles selecionam os dois materiais escolhidos pelo corpo docente.

O edital do PNLD realizado em 2019, foi publicado em 2020 para ser utilizado nas escolas em 2021, propondo a utilização de livros didáticos na Educação Infantil. O programa disponibiliza para as escolas determinadas opções para realizarem a escolha de 1 volume ou 2 volumes. A utilização de livro didático é considerada um retrocesso para educação, pois vão contra as convicções das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, ainda que estejam articuladas à implementação da Base Nacional Comum Curricular. Isso porque muitos estudos afirmam que as crianças, na educação Infantil, aprendem a partir de suas experiências e as descobertas são feitas no cotidiano, não tendo caminhos previsíveis de antemão. Conforme Freire:

Quando se tira da criança a possibilidade de conhecer este ou aquele aspecto da realidade, na verdade se está alienando-a da sua capacidade de construir seu conhecimento. Porque o ato de conhecer é tão vital como comer ou dormir, e eu não posso comer ou dormir por alguém. A escola em geral tem esta prática, a de que o conhecimento pode ser doado, impedindo a criança e, também, os professores o construam. Só assim a busca pelo conhecimento não é preparação para nada, e sim VIDA, aqui e agora. E é esta vida que precisa ser resgatada pela escola. Muito temos que caminhar para isso, mas é no hoje que vamos viabilizando esse sonho de amanhã (FREIRE, 1983, p.15).

O livro didático deveria ser utilizado na escola como uma ferramenta para auxiliar o professor em sala de aula e na preparação das aulas, mas se tornou o principal recurso de aprendizagem, engessando o trabalho do educador, determinando os conteúdos que devem ser tratados e abordando aspectos que muitas vezes não fazem parte do cotidiano da criança. Isso porque os livros são fabricados nas grandes metrópoles por autores que não conhecem a realidade dos alunos. Os livros didáticos, mesmo não sendo obrigatórios na educação infantil, esta presente na maioria das escolas privadas e, recentemente, nas redes públicas que assim os

acolheram. Diante dessa realidade, cabe aos professores e gestores da escola escolherem o material adequado ou recusá-lo.

1.3 A PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), orientam a direção necessária para alcançar os objetivos propostos, além de abordar as regras e normas que devem ser seguidas durante o processo de aprendizagem. O documento define as crianças como

[...] sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A partir do conceito descrito acima, considerando que as crianças possuem direitos, as autoras Barbosa, Gobbato e Boito (2018, p.3) afirmam que:

As DCNEI (resolução n. 5, 2009) foram originadas de um processo democrático de revisão das diretrizes anteriores (resolução CEB/CNE 01/1999). Isso visou promover maior participação da sociedade nas definições da política educacional para a área.

Já flores e Albuquerque (2015, apud Barbosa, Gobbato e Boito, 2018. P. 3), definem a infância como um momento importantíssimo no desenvolvimento humano, essencial para aprender a interagir, conviver, conhecer seus sentimentos, negociar pontos de vista, brincar e, com isso, criar, inventar, ser curioso – elementos significativos para a formação. Portanto, a instituição de educação infantil tem como objetivo fundamental oferecer às crianças ambientes internos e externos de brincadeira, jogo, interações e aprendizagens.

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano, sendo assim, é obrigatória a matrícula de crianças a partir de 4 anos na educação infantil. Consequentemente é dever da escola proporcionar momentos e vivências com base na proposta pedagógica, que deve ter como objetivo principal garantir o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens, assim como assegurar o direito de proteção, saúde, liberdade, respeito e dignidade.

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2009, p. 13)

Uma vez que a proposta pedagógica é de suma importância para as instituições de ensino, alguns pilares devem ser levados em conta na sua elaboração, definindo assim os três princípios que as escolas devem respeitar no documento, sendo eles:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009, p. 16)

O objetivo da proposta pedagógica é garantir que as crianças tenham acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos, aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Por meio da discussão sobre as propostas pedagógicas presentes na proposta curricular da educação infantil das DCNEI, concluímos que os eixos norteadores que contemplem as interações e a brincadeira devem estar presentes, garantindo que as crianças tenham experiências sensoriais, corporais e expressivas.

O Referencial Curricular para Educação Infantil do município de Ponta Grossa, declara:

[...] a infância é um conceito social que se altera historicamente no interior de uma mesma sociedade, é objeto de transformação, em função de variáveis sociais como a classe social, o grupo étnico, entre outros. Dessa forma, o conceito de infância está diretamente relacionado às formas de organização social, ou seja, diferentes classes sociais reconhecem papéis distintos à criança. Isto posto, faz-se necessário compreender que as crianças estão inseridas em um contexto amplo, no qual a compreensão do conceito de infância está relacionada a uma determinada época, espaço, aos aspectos políticos, históricos, culturais e sociais que nos possibilitam diferentes visões e compreensões sobre as mesmas. Outro aspecto a ser considerado é o de que não há uma única infância. Existem crianças ricas, pobres, negras, brancas, que moram com os pais, avós, tios, amigos, em casas, na rua, em abrigos, em países diversos, etc. (2020, p. 9)

Com o objetivo de orientar as práticas docentes para a Educação Infantil, o Referencial da Educação Infantil do Município de Ponta Grossa publicado no ano de 2020, o documento está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Plano Nacional de Educação, pautado nos seis direitos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular e elaborado a partir dos princípios

éticos, estéticos e políticos, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

O documento foi elaborado pela equipe da Secretaria Municipal da Educação de Ponta Grossa/PR com assessoria da Fundação Lemann, e não possui a participação das professoras e gestoras das escolas do município, sendo organizado em 12 partes com exceção da apresentação e introdução, sendo elas:

1. História da Educação Infantil de Ponta Grossa;
2. Fundamentação legal dos Referenciais Curriculares;
3. Diretrizes fundamentais da Secretaria Municipal de Educação;
4. Estrutura Organizacional da Educação Infantil,
 - 4.1 Horário de atendimento na Educação Infantil
 - 4.2 Características da clientela
 - 4.3 Profissionais envolvidos
 - 4.4 Plano de Formação Continuada
 - 4.4.1 Objetivos
 - 4.4.2 Avaliação
 - 4.5 Princípios Norteadores
 - 4.5.1 Concepção de criança e sociedade
 - 4.5.2 Os tempos e os espaços da Educação Infantil
 - 4.5.3 O educar e o cuidar como caráter integrado
5. Fins e objetivos da Educação Infantil
6. Referencial Curricular da Educação Infantil no Município de Ponta Grossa
7. Campos de Experiência
 - 7.1 O eu, o outro e o nós
 - 7.2 Corpo, gestos e movimentos
 - 7.3 Traços, sons, cores e formas
 - 7.4 Escuta, fala, pensamento e imaginação
 - 7.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações
8. Objetivos e procedimentos didático-pedagógicos da Educação Infantil
9. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental
10. Avaliação na Educação Infantil
 - 10.1 Registros de avaliação da Educação Infantil
11. Referências

12. Anexo: Parecer Avaliativo

- 12.1 Parecer avaliativo - Segmento creche - Infantil I
- 12.2 Parecer avaliativo - Segmento creche - Infantil II
- 12.3 Parecer avaliativo - Segmento creche - Infantil III
- 12.4 Parecer avaliativo - Segmento pré-escola - Infantil IV
- 12.5 Parecer avaliativo - Segmento pré-escola - Infantil V

A Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa propõe uma Escola da Infância, voltada para as crianças de zero a cinco anos, o educar e o cuidar são integrados. Portanto, estabelece como diretrizes:

Assegurar a permanência da criança na instituição, evitando a sua exclusão, possibilitando-lhe a apropriação e a produção do conhecimento acumulado e produzido historicamente;

Respeitar e valorizar as características socioculturais, considerando os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;

Garantir o trabalho pedagógico com os conteúdos necessários, num *continuum* curricular, assegurando a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças;

Criar condições, na escola, para que a criança seja sujeito de aprendizagem, respeitando sua visão de mundo e sua história individual e social, desenvolvendo sua autonomia a nível moral e intelectual;

Propiciar meios de assegurar o trabalho com as áreas de linguagem, dos conhecimentos sociais e naturais e do conhecimento matemático, possibilitando a construção, apreensão e manuseio das diferentes formas de conhecimento;

Possibilitar o acesso e o discernimento das novas tecnologias, como meio para produção e aquisição de conhecimento;

Colaborar para a efetivação da gestão democrática na escola, valorizando a participação das comunidades escolar e local; •

Respeitar a diversidade de expressão cultural existente na sociedade, dando oportunidade à criança de acesso ao mundo amplo, rico, estimulante e diversificado;

Garantir os cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade;

Assegurar à criança o direito de brincar, como forma de expressão do pensamento, interação e comunicação infantil (2020, p. 26).

O educador deve proporcionar experiências que permitam o desenvolvimento e aprendizagem. Dessa maneira, os seis direitos de aprendizagem se articulam com os cinco Campos de Experiência presentes na Base Nacional Comum Curricular. O referencial considera que as Interações e Brincadeiras são os principais eixos norteadores do trabalho pedagógico.

O documento cita a concepção de criança e infância, porém não sinaliza o trabalho com o livro didático na Educação Infantil de Ponta Grossa. É possível observar que

os conceitos não possuem relação com a perspectiva do uso do material, pois partimos do pressuposto de que, de modo geral, os livros didáticos não contribuem para formação de sujeitos com pensamento crítico e não valorizam as múltiplas variáveis como classe social, gênero e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte, visto que o material é produzido em grandes metrópoles.

A Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa (SME) aborda, no documento, a importância dos investimentos nos espaços físicos dos Centros Municipais de Educação Infantil, chamados de CMEIs.

O documento expõe uma falsa realidade do município, induzindo à compra de livros didáticos pré-determinados que não condizem com a real situação da educação local, além de salientar as aquisições de materiais pedagógicos.

Além disso, as formações continuadas dos profissionais que atuam na Educação Infantil são realizadas a partir de assessoria de empresas privadas, sendo configuradas, assim, pela perspectiva do fundo empresarial que fundamentou a própria elaboração dos referenciais.

CAPÍTULO 2: O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA

No presente capítulo, o estudo está dividido em três partes. Será analisada, no primeiro tópico, a utilização dos livros didáticos na Educação Infantil em Ponta Grossa/PR. O segundo tópico tem o objetivo de expor a relação entre as propostas presentes nos livros e as Diretrizes Curriculares do município. O estudo é finalizado com o terceiro tópico, concluindo, assim, as implicações do uso do livro didático na pré-escola, buscando contribuir com as discussões recentes sobre o uso deste material.

2.1 O LIVRO DIDÁTICO PROPOSTO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA

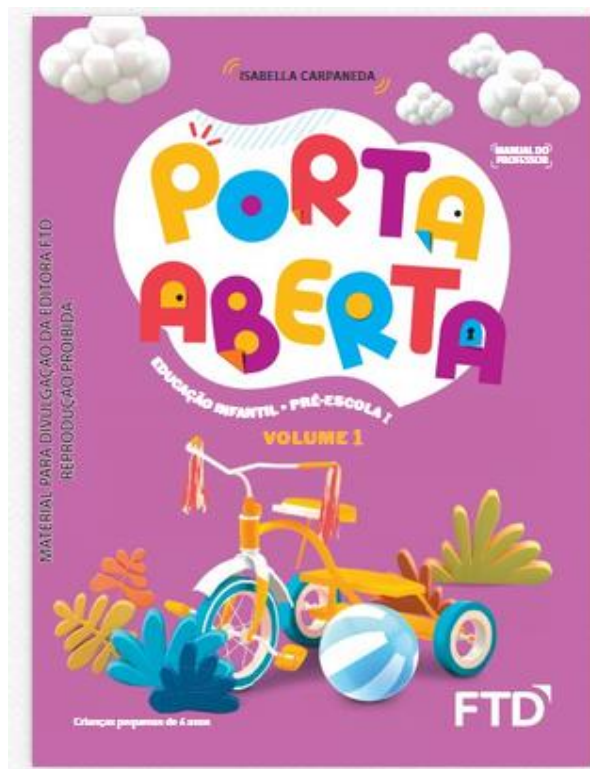
Tendo em vista a polêmica gerada com a implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020-2022) que consiste em adotar o uso deste material na educação infantil na rede pública de ensino, além da distribuição dos livros literários e materiais pedagógicos, é importante analisar que os documentos normativos, sendo eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, definem que não compete à pré-escola alfabetizar as crianças ou desenvolver um processo de ensino sistemático em torno de conteúdos e áreas de conhecimentos. O processo de debate em torno da adoção do livro didático na primeira etapa da educação, na rede pública, causou grande revolta dos especialistas. A partir dessa discussão, será analisado nesse tópico os livros utilizados a partir deste edital no município de Ponta Grossa/PR.

Os livros escolhidos pela SME, fazem parte da coleção Porta Aberta Pré-Escola. Eles são divididos em 2 volumes para as turmas de pré-escola da educação infantil. O material foi escrito por Isabella Carpaneda e publicado pela Editora FTD, 1ª edição, em São Paulo no ano de 2020.

O livro de volume 1 é destinado para crianças pequenas de 4 anos, possui 192 páginas, distribuídas em 4 capítulos chamados de movimento, sendo eles: **Movimento 1-** Conhecer e conviver, **Movimento 2-** brincar e festejar, **Movimento 3-** explorar e descobrir, **Movimento 4-** expressar e participar. Cada capítulo possui entre 20 a 30 páginas. Segundo a editora, os capítulos recebem o nome de movimento, pois a origem da organização do pensamento da criança está nas ações.

O sumário apresenta o título de cada capítulo e os números das páginas na cor preta, destacando em colorido as seções de Projeto. O livro trabalha com propostas que trazem um conjunto de situações elaboradas para serem realizadas em momentos coletivos, envolvendo os alunos e o professor. A seção Glossário traz palavras com diferentes contextos e significados.

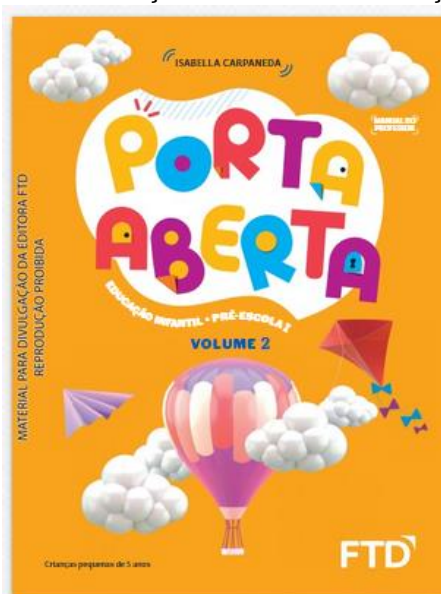
Figura 2 – Capa do livro da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 1



Fonte: Site da Editora FTD Educação, 2020.

O livro, volume 2, é destinado para crianças pequenas de 5 anos. Possui 192 páginas, distribuídas em 4 capítulos chamados de movimento, sendo eles: **Movimento 1-** Interagir e respeitar, **Movimento 2-** brincar e comemorar, **Movimento 3-** observar e aprender, **Movimento 4-** manifestar e valorizar. Cada capítulo possui entre 20 a 30 páginas. O sumário apresenta o título de cada capítulo e os números das páginas na cor preta, destacando em colorido os projetos e o glossário.

Figura 3 – Capa do livro da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 2



Fonte: Site da Editora FTD Educação, 2020

Na segunda capa dos dois livros consta a informação que eles fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), com a seguinte citação:

Este livro integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que visa disponibilizar às escolas públicas brasileiras materiais de qualidade, escolhidos pela equipe docente de cada escola pública do país. Trata-se de conteúdo que passou por uma criteriosa avaliação do Ministério da Educação. É importante lembrar que este livro é consumível, ou seja, não precisa ser devolvido à escola ao final do ano. Assim, mesmo após a utilização, ele serve como fonte de consulta e informação. Para que ele possa durar, é necessário conservá-lo, protegendo-o de situações que possam causar danos, como sujeira e água. Por fim, na hipótese de identificação de alguma inconsistência neste material, ela pode ser comunicada ao FNDE [...].
(s/p)

A coleção promete oferecer atividades que desenvolvam experiências significativas para as crianças por meio da leitura, escrita e oralidade, assim como de atividades de cantar, brincar, contar e observar.

Para melhor análise, aprofundamos a pesquisa do livro volume 1 no capítulo 2, chamado de **movimento 2** - Brincar e festejar, o qual aborda assuntos sobre brincadeira. Ao longo dos assuntos abordados aparecem breves contextualizações, questionamentos, explicações e atividades para as crianças resolverem.

A ordem descrita se estende para todos os assuntos do capítulo. O livro predomina a totalidade branca como fundo de página, apresenta imagens coloridas e

as frases de destaque possuem a cor vermelha, azul, laranja e roxo. É exposto o selo na capa com o nome PNLD e referência a 2022.

Corroborando com os estudos de Souza, Bastos e Mota (2022) na parte inicial do capítulo, o livro apresenta uma figura de crianças pulando amarelinha e três perguntas relacionadas à brincadeira. No manual do professor é proposto que todas as atividades sejam realizadas no espaço externo da escola, de modo que o educador vá questionando as crianças durante a brincadeira.

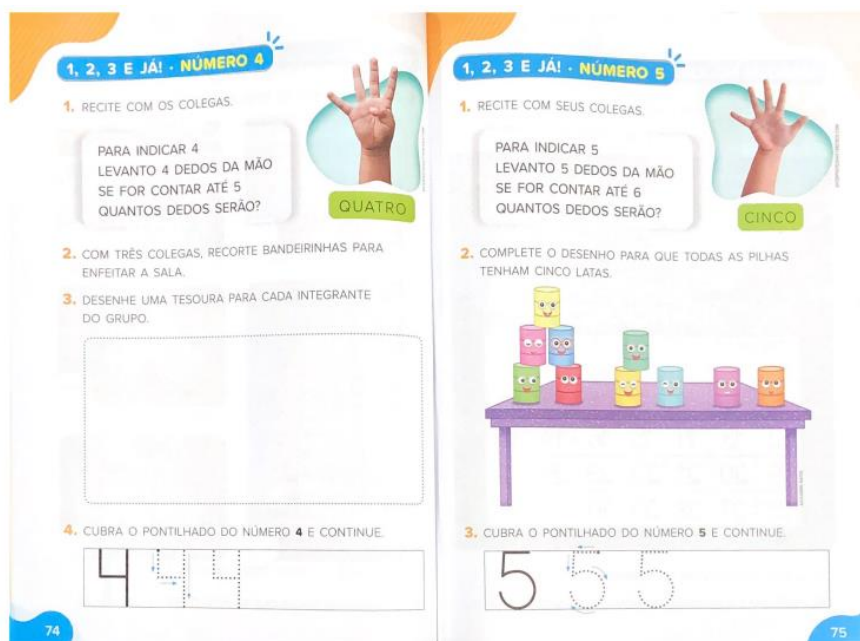
Figura 4 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 1.



Fonte: Porta Aberta (2020, p. 52 e 53).

A proposição de uma brincadeira é válida pois, além do brincar, ela possibilita uma vivência cultural e abrange diferentes campos de experiências, conforme proposto na Base Nacional Comum Curricular. Porém, nas páginas seguintes, é perceptível que aumentam as atividades com ênfase na alfabetização, escrita e contagem, ou seja, propostas preparatórias para o ensino fundamental, por meio de cópias de letras e números.

Figura 5 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 1.



Fonte: Porta Aberta (2020, p. 74 e 75)

Figura 6 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 1.



Fonte: Porta Aberta (2020, p. 92 e 93).

No livro volume 2 analisamos o capítulo 3, chamado de **Movimento 3** – Observar e aprender, aborda assuntos sobre letras e números. Ao longo dos assuntos

abordados aparecem breves contextualizações, questionamentos, explicações e atividades para as crianças resolverem.

Figura 7 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 2.

5. CONTORNE A PRIMEIRA SILABA DOS NOMES DAS PERSONAGENS. DEPOIS, COMPLETE OS NOMES DAS IMAGENS COM ESSAS SILABAS.

MAGALI _____ RACUJÁ _____ MÃO _____ ÇÃ

MÔNICA _____ LA _____ TO _____ EDA

6. TROQUE A PRIMEIRA LETRA DA PALAVRA MOLA E FORME OUTRAS PALAVRAS. DEPOIS, ESCREVA.

M	O	L	A
	O	L	A
	O	L	A

DE CARONA COM OS NÚMEROS

1. REGISTRE OS NÚMEROS QUE O PROFESSOR VAI DITAR. OS NÚMEROS EM DESTAQUE DÃO PISTAS PARA O REGISTRO.

20

30

40

Fonte: Porta Aberta (2020, p. 116 e 117).

Figura 8 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 2.

COLECIONANDO LETRAS - LETRA P

1. CANTE COM OS COLEGAS E O PROFESSOR.

SÍTIO DO SEU LOBATO

SEU LOBATO TINHA UM SÍTIO,
IA, IA, Ô!
E NO SEU SÍTIO TINHA UM PATO,
IA, IA, Ô!
ERA QUÁ, QUÁ, QUÁ PRA CÁ!
ERA QUÁ, QUÁ, QUÁ PRA LÁ!
ERA QUÁ, QUÁ, QUÁ PRA TODO LADO,
IA, IA, Ô!
[...]

PATA

4. CUBRA O PONTILHADO DA LETRA P E CONTINUE.

5. TODOS OS OBJETOS QUE AS CRIANÇAS TROUXERAM PODERIAM ENTRAR NESTA CAIXINHA? MARQUE.

SIM NÃO

Fonte: Porta Aberta (2020, p. 128 e 129)

Figura 9 – Atividade retirada do livro didático da coleção Porta Aberta Educação Infantil - volume 2.

COLECIONANDO LETRAS - LETRA R

1. LEIA COM OS COLEGAS E O PROFESSOR.

O RATO ROEU
A RAPADURA
E SE ARREPENDEU.
E DIZ QUE SÓ RAPA AGORA
SE FOR RAPAMOLE.

2. SUBLINHE NO POEMA O NOME DO DOCE QUE O RATO ROEU.

3. FALE O NOME DA FIGURA BATENDO PALMAS A CADA PARTE PRONUNCIADA. DEPOIS, PINTE A QUANTIDADE DE PALMAS QUE VOCÊ BATEU.

RATO

4. CUBRA O PONTILHADO DA LETRA R E CONTINUE.

5. NA LISTA, MARQUE UM X NOS NOMES DOS OBJETOS QUE ESTÃO NESTA CAIXINHA.

RODO
ROLO
ROSA
ROBÔ

6. CONTORNE A CRIANÇA QUE TROUXE UM OBJETO QUE NÃO PODE ENTRAR NA CAIXINHA.

Fonte: Porta Aberta (2020, p. 142 e 143).

Os livros não possuem jogos para montar, fichas destacáveis e propostas criativas com recortes e desenhos. Essa observação enfatiza que a centralidade do material está voltada para os conteúdos de ensino e as atividades não expandem a relação da criança-objeto livro. Apesar de propor exercícios entre a turma e os adultos, a maioria das atividades são individuais, tendo o livro como suporte. Portanto, o trabalho em conjunto que possibilita interação, troca de informações é substituído no dia a dia.

Nas propostas que analisamos, o professor deve orientar o uso do material, retirando a autonomia das crianças, uma vez que elas ainda estão no processo inicial de apropriação da língua. Portanto, o papel da criança é apenas realizar as instruções recebidas.

As falas, roteiros e ações que o educador deve realizar são determinados, sendo relacionados apenas com o tema da aula. O livro de manual do professor retira a autonomia e liberdade, tornando-os apenas replicadores das propostas.

As brincadeiras mediadas e com finalidades pedagógicas são importantes, mas com o uso do livro didático, a brincadeira livre, que é fundamental para desenvolver a autonomia, criatividade e imaginação das crianças, é ignorada. De acordo

com Vygotsky (1998), o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e/ou adultos. O livro analisado não aborda a importância da brincadeira, focando apenas na alfabetização das crianças pequenas de 4 anos, além de tratar sobre assuntos que são competências do ensino fundamental.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DO LIVRO DIDÁTICO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DO MUNICÍPIO

Os Referenciais Curriculares para Educação Infantil do município de Ponta Grossa definem as concepções de infância e criança, além de abordar os tempos e espaços da Educação Infantil.

Organizar o tempo e o espaço na Educação Infantil pressupõe quais objetivos pretendemos alcançar com as crianças de 1 a 5 anos, em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento. Quando tratamos de tempo e espaço, devemos também considerar a faixa etária e o espaço como um elemento curricular, organizando oportunidades de aprendizagem através de interações entre crianças e objetos e entre elas. É fundamental a participação da criança na construção da rotina para que as atividades a ela propostas, não se tornem mecânicas e repetitivas e que o espaço não se constitua como algo desinteressante e sem significado (2020, p. 36).

As definições ressaltam a importância da participação e autonomia das crianças no processo de aprendizagem, mas com o uso do Livro Didático o espaço fica limitado na sala de aula para realizar as atividades, além do material tornar as aulas mecânicas e repetitivas, ao contrário do que é proposto.

Os Campos de Experiência presentes na Base Nacional Comum Curricular (2018), determinam que na Educação Infantil os conteúdos e disciplinas não são específicos, o aprendizado deve ocorrer por meio das experiências da criança.

Os mais recentes estudos na área da Educação Infantil estão fundamentados numa concepção de desenvolvimento social e histórico que se processa através de interações estabelecidas entre as crianças e seu meio físico e social. O espaço infantil deve ser reconhecido como um lugar privilegiado para o desenvolvimento da criança (2020, p. 37).

Porém, as atividades analisadas contradizem os documentos utilizados como base para definir os referenciais curriculares utilizado pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, o material possui várias atividades específicas das disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa.

São determinadas as temáticas que devem ser discutidas com os professores nos cursos de Formação Continuada, sendo os seguintes assuntos: Metodologias ativas; Metodologia de Projetos; Planejamento e organização do trabalho pedagógico; Literatura infantil; Alfabetização na perspectiva do letramento; Produção de texto; Matemática no cotidiano infantil; Jogos e brincadeiras; Arte e educação; Avaliação da aprendizagem; Gestão escolar; Teatro como forma de expressão; Resgate de brincadeiras folclóricas; Educação Inclusiva; Diversidade cultural e Musicalização.

O livro didático está presente no trabalho diário do docente, mas é perceptível que o uso do material não é abordado nas formações realizadas. Sendo assim, sugere-se que a rede proporcione cursos de capacitação para auxiliar a utilização do material, tendo em vista que ele é obrigatório.

2.3 IMPLICAÇÕES DO USO DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Estudos apontam que a discussão sobre uso do livro didático não é recente, mas ganhou ênfase atualmente por pesquisadores da educação infantil. No Brasil, as problematizações existem desde a década de 1980, segundo Barbosa, Gobbato e Boito (2018), os autores brasileiros Nossela (1979), com a publicação de *As belas mentiras* e Faria (1984), com *a Ideologia no livro didático*, apontavam as falhas nesse modelo de material didático.

É necessário investigar e pesquisar sobre a utilização de livros didáticos, que antes era uso exclusivo na rede privada e atualmente é usado na rede pública por meio do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD). A educação infantil é a primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 tornou obrigatória a educação infantil para crianças partir de 4 anos. As Diretrizes orientaram o trabalho dos professores e garantem que as aprendizagens e vivências na educação infantil não abordem os conteúdos do ensino fundamental.

Os professores possuem papel importante na formação do currículo, portanto é fundamental articular as experiências e conhecimentos com as brincadeiras e interações, não com transmissão de conteúdo. A educação infantil deve proporcionar momentos de interação e aprendizagem, mas acima de tudo, respeitar os processos educacionais relacionando o educar com o cuidar.

O livro didático pré-estipula o que deve ser trabalhado em sala de aula, tornando-se o principal instrumento de ensino usado pelo professor. Os conteúdos são fragmentados e separados por áreas específicas, porém o trabalho pedagógico deve ser relacionado com a realidade das crianças.

São, inicialmente, os conteúdos desta faixa etária: o alimentar-se, o lavar-se e o vestir-se, o descanso, o controle do corpo, o brincar, o jogar e o explorar a si mesmo e ao entorno, o separar-se e o reencontrar-se, o movimentar-se, o conviver com os demais e tantos outros conteúdos. Nessa perspectiva, as práticas sociais não são ações banais, pois são ações que envolvem emoção, desejo, corpo, pensamentos e linguagens. Os conteúdos da educação infantil têm como referência a aprendizagem das práticas sociais de uma cultura, isto é, as ações que uma cultura propicia para inserir os novos na sua tradição cultural (BRASIL, 2009, p. 83).

No caso do livro didático, corre-se o risco de o professor apenas seguir as instruções do livro e, ao invés de ser mediador do conhecimento, possui apenas a tarefa de repassar os conteúdos. Sua prática de planejar, elaborar propostas e materiais para aula é limitada, pois o trabalho está pronto. Conforme Apple (1995, p.81 e 82),

[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida [...].

Utilizado como um produto cultural que determina a aprendizagem, consideramos que seu uso não favorece a ação docente na vida cotidiana. As experiências das crianças, seus saberes e vivências não são consideradas no modelo de ensino conteudista, corroborando para currículos homogêneos, controlando a ação do professor, tornando a escola um espaço para repetição e controle.

Carretero (2007), aponta que o livro-texto se tornou um artefato cultural, político e econômico, como se ele representasse a verdade. Pois, além de centralizar o processo de ensino-aprendizagem no adulto, tem como objetivo que a criança preencha o material ao invés de serem os protagonistas.

Localizada no segundo planalto paranaense, na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa é um município do estado do Paraná, a cidade possui escolas em áreas urbanas e rurais, diversidade cultural e bairros distantes do centro. Com base nessas informações, considerando que os livros didáticos utilizados pela rede são fabricados por empresas privadas e as formações dos professores são realizadas por fundações, é possível concluir que os autores não conhecem a realidade, dificuldades e

necessidades das escolas, a ausência de preparação para prática impacta na forma de utilização dos livros didáticos pelos docentes, se tornando um guia do ensino e não um ponto de partida para a prática pedagógica participativa com as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal foco o estudo sobre quais as possíveis implicações do uso do livro didático para o processo de aprendizagem e participação das crianças na Educação Infantil, uma vez que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020-2022) implementou o uso deste material na pré-escola.

Devido a importância do tema, é necessário analisar que os documentos normativos, sendo eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, esclarecem que não cabe a essa fase alfabetizar as crianças. Em contrapartida, tais documentos auxiliam na pesquisa, uma vez que comprovam que o material na Educação Infantil é um limitador do tempo e do espaço para o brincar.

Desta forma, definimos como objetivos específicos: caracterizar os aspectos normativos que orientam a proposta pedagógica da Educação Infantil no Brasil e no município de Ponta Grossa; analisar livros didáticos utilizados em uma instituição de Educação Infantil da rede pública de ensino de Ponta Grossa; e delinear os aspectos que contribuem e que limitam a participação da criança no processo de ensino e aprendizagem.

Analisando em primeiro ponto os documentos que norteiam a educação infantil no Brasil, especificamente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é notório que ele é responsável por analisar as obras e distribuir os materiais para as escolas públicas, sendo fundamental na educação do país. Além de abordarmos a história do surgimento do livro didático, é discutida a proposta pedagógica do município de Ponta Grossa.

Em continuidade do estudo, foi analisado o uso do livro didático na educação infantil de Ponta Grossa, especificando quais são utilizados em cada faixa etária. Ademais, foi exposto, em sequência, as contradições do uso do material em comparação aos referenciais utilizados pelo município. Concluindo diante da análise, portanto, que o uso do livro didático no processo de aprendizagem acarreta a limitação da criatividade e brincadeira ao ar livre na pré-escola.

O tema é de grande relevância, pois o uso dos livros didáticos está cada vez mais presente na educação e tende a unificar as atividades pedagógicas, reforçando que o aprendizado deve ser por repetição de conteúdo e, assim, não respeitando as diferenças regionais.

Os professores são mediadores do conhecimento, portanto são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem e devem ser ouvidos na elaboração do currículo e das diretrizes curriculares dos municípios, levando em consideração o contexto socioeconômico da região que a escola está inserida.

É nítido que os livros didáticos não cumprem com o prometido, não correspondendo com a proposta curricular defendida pelas entidades educacionais, além de restringir o trabalho do docente que precisa seguir o material, ao invés de proporcionar momentos de brincadeira e experiências para as crianças.

A educação infantil deve proporcionar momentos de interação e aprendizagem, uma vez que é o ambiente que perdurará por muitos anos no seu cotidiano, devendo ser algo prazeroso para a criança, onde ela deve se sentir acolhida e respeitada.

O tema em questão deve ser tratado no curso de Pedagogia visando o aprofundamento dos estudantes nesta questão que está cada vez mais insurgente na educação. Desta forma, se o assunto fosse abordado no curso e nas formações iniciais, os profissionais teriam domínio sobre discussões, sugerindo melhorias para as editoras dos livros didáticos, aperfeiçoando o conteúdo abordado para que suas aulas sejam mais produtivas e eficientes atingindo o objetivo de desenvolver as crianças buscando um futuro melhor para o país.

A pesquisa surgiu da observação de que existem poucos estudos sobre o tema, o qual é recente. Sendo assim, ficam as seguintes perguntas a serem pensadas: quais os impactos do uso do livro didático no desenvolvimento das crianças? Como os professores podem contribuir para melhorar o desenvolvimento dos materiais didáticos? De que maneira as universidades poderiam abordar o assunto no currículo? O estudo aprofundado de todas essas questões é de suma importância para uma excelência no ensino, promovendo redução na desigualdade social e formando indivíduos com pensamento crítico e com seu pleno desenvolvimento garantido.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. Cultura e comércio do livro didático. In: APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 81-105.
- BRASIL. “**Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**”. Cria o Instituto Nacional do Livro, 1937.
- BRASIL. “**Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938**”. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático, 1939.
- BRASIL. “**Decreto nº 48.902, de 27 de agosto de 1960**”. Institui a Companhia Nacional do Livro, 1960.
- BRASIL. “**Decreto-Lei nº 59355, de 4 de outubro de 1966**”. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66, 1966.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. “**Lei nº 7091, de 18 de abril de 1983**”. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências, 1983.
- BRASIL. MEC/CNE. **Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009d. Disponível em http://www.portalsas.com.br/portal/pdf/Resolucao_n5.pdf. Acesso em 20 de abril de 2022.
- BOITO, C.; BARBOSA, M. C.S.; GOBBATO, C. Livro didático na Educação Infantil: de que docência estamos falando? In: XI Reunião científica regional da Anped - Anped Sul, 2016, Curitiba. Anais... Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 1-16.
- CARATO MAZZI, L.; BARCELOS AMARAL-SCHIO, R. Uma trajetória histórica dos livros didáticos: um foco nas políticas públicas implementadas nos séculos XX e XXI. **INTERMATHS**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 88-105, 2021. DOI: 10.22481/intermaths.v2i1.8077. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/intermaths/article/view/8077>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- CARRETERO, M. (2007). **Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado**. Porto Alegre, RS: Artmed.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.
- CARPANEDA, Isabella Pessôa de Melo. **Porta Aberta: pré-escola I: volume 1: (crianças pequenas de 4 anos): educação infantil** / Isabela Pessôa de Melo Carpaneda. – 1.ed. – São Paulo: FTD, 2020.

CARPANEDA, Isabella Pessôa de Melo. **Porta Aberta: pré-escola I: volume 2: (crianças pequenas de 5 anos): educação infantil** / Isabela Pessôa de Melo Carpaneda. – 1.ed. – São Paulo: FTD, 2020.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FARIA, A. L. G. (1984). **A ideologia do livro didático**. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

MELLO, S. A. **Diga não às apostilas na educação infantil e no ensino fundamental!** 2013. Disponível em Acesso em 20 de abril de 2022.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf/>>. Acessado em 09 de janeiro de 2023.

MOTTA, Silvia Longuin; SANTOS, Tatiane Brito dos; LIMA, Angela Maria de Sousa; ARAÚJO, Angélica Lyra de; FERREIRA, Adriana de Fátima. In: **Jornada de Sociologia do Colégio Estadual Professor Francisco Villanueva**, 11., Anais [...]. Rolândia: UEL, 2018.

NOSELLA, M. L. C. D. (1979). **As belas mentiras**. São Paulo, SP: Cortez e Moraes.

PAULO FREISLEBEN, A. .; ANDRÉ KAERCHER, N. . O PNLD E O MERCADO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL. **Revista Ciência Geográfica**, [S. l.], v. 26, n. 01, p. 391-404, 2022. DOI: 10.18817/26755122.26.01.2022.2894. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2894>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PONTES, F. E. C. PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PNLD LITERÁRIO 2020. **Revista Alere**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 251–270, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/4846>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PONTA GROSSA, **Referenciais Curriculares: Educação Infantil / Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**, Secretaria Municipal de Educação - Ponta Grossa (PR), 2020

REITAG, Bárbara et alii. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Cláudia Bezerra Dos et al.. **Pnld e a escolha do livro didático: análise do livro contato matemática**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81080>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOUZA, I. L. S. F. de; BASTOS, A. P. S.; MOTA, M. D. A. Livros didáticos na Educação Infantil: usá-los ou não?. **Revista de Iniciação à Docência**, [S. l.], v. 7, n.

1, p. 58-76, 2022. DOI: 10.22481/riduesb.v7i1.10416. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/10416>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVEIRA BARBOSA, M. C.; GOBBATO, C.; BOITO, C. As brincadeiras e as interações nos livros didáticos para educação infantil. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 2, p. e31474, 16 abr. 2018.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.